

Que tipo de geografia para que tipo de política pública?¹

*David Harvey*²

Resumo

Antes que os geógrafos se comprometam com as políticas públicas, devem fazer duas perguntas: que tipo de Geografia e que tipo de política pública. A evolução da disciplina, tanto em termos de seus objetivos quanto da organização profissional, deve ser vista como uma adaptação a condições externas, particularmente ao desenvolvimento do Estado corporativo com sua ênfase no “interesse nacional”. O Estado corporativo força que a Educação seja vista meramente como um investimento em mão de obra e a pesquisa acadêmica se torna subserviente ao Estado, sendo utilizada para preservar e fortalecer o status quo. Há aqui um conflito potencial entre o senso acadêmico de obrigação moral, mas, na prática, o conflito é resolvido pelo paroquialismo e o elitismo da tradição humanista. Para ajudar a se afastar do Estado corporativo em direção ao “Estado incorporado”, no qual os homens podem controlar as condições sociais de sua própria existência, os geógrafos precisam direcionar seus esforços para compreender a tensão entre a tradição humanista e as necessidades que permeiam o Estado corporativo e, assim, aprender como explorar as contradições do próprio Estado corporativo.

-
- 1 No original, “What kind of geography for what kind of public policy?”. Traduzido do periódico *Transactions of the Institute of British Geographers*, n. 63, novembro de 1974, pp. 18-24, pelo geógrafo Gustavo Teramatsu (Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Campinas), e revisado pela geógrafa Melissa Steda (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo). Anos mais tarde, esse texto seria republicado como segundo capítulo, na primeira parte do livro “Spaces of capital: towards a critical geography” (Routledge, 2001). No Brasil, apenas a segunda parte deste livro foi traduzida por Carlos Szlak, sob o título “A produção capitalista do espaço” (Annablume, 2005). A presente tradução foi incentivada pelas discussões realizadas no Grupo de Trabalho “Geografia e Políticas Públicas”, no âmbito das edições de 2015 e 2017 do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, realizadas, respectivamente, em Presidente Prudente (SP) e Porto Alegre (RS).
 - 2 David Harvey (1935-) era, na época da publicação deste texto, professor de Geografia e Engenharia Ambiental na Johns Hopkins University, em Baltimore, Maryland, Estados Unidos.

* * *

Os geógrafos podem contribuir com sucesso, significativa e efetivamente para a formação de políticas públicas?

O general Pinochet é um geógrafo de formação³ e, segundo todos os relatos, está conseguindo, com efeito, inserir a Geografia na política pública. Como presidente da junta militar que derrubou o governo eleito de Salvador Allende no Chile, em 11 de setembro de 1973, o general Pinochet não aprova as disciplinas acadêmicas “subversivas”, como sociologia, política e até filosofia. Ele pediu que “lições de patriotismo” sejam ensinadas em todas as escolas e universidades chilenas e é conhecido por olhar com grande aprovação o ensino da geografia – tal disciplina é, ele diz, ideal para instruir o povo chileno nas virtudes do patriotismo e para transmitir ao povo um sentido do seu verdadeiro destino histórico. Desde que os militares assumiram o comando total das universidades e frequentemente supervisionam a instrução nas escolas, parece que a Geografia se tornará uma disciplina muito significativa no sistema educacional chileno.

O general Pinochet também está mudando ativamente a geografia humana do Chile. Um exemplo: o sistema de saúde do Chile compreendeu, por algum tempo, três componentes distintos: os ricos pagavam pelos serviços, como no “livre mercado”; as classes médias usavam medicina hospitalar financiada por planos de saúde privados; enquanto as classes mais baixas e pobres (cerca de 60% da população) recebiam atendimento médico gratuito em centros de saúde comunitários, pagos por um Serviço Nacional de Saúde⁴. Sob o governo de Allende, os recursos foram transferidos dos dois primeiros setores para os serviços de saúde comunitários, que anteriormente tinham sido mal financiados e amplamente ignorados. A geografia do sistema de saúde começou a ser transformada de um sistema centralizado, controlado por agentes privados, baseado em hospitais, atendendo exclusivamente às classes média e alta, a um sistema de saúde gratuito, descentralizado, controlado pela comunidade, atendendo principalmente às

3 Nota do tradutor (N. do T.): O governo autoritário de Augusto Pinochet Ugarte (1915-2006) perdurou de 1973 a 1990. O general se formou na Escola Militar do Chile em 1937, tendo exercido o ofício de professor de geografia militar e geopolítica. São de sua autoria títulos como “Síntesis geográfica de Chile, Argentina, Bolivia y Perú” (1953); “Síntesis geográfica de Chile (las relaciones espaciales, aspectos físicos, geohumanos, geografía política y económica de Chile)” (1955); “Ensayo de un estudio preliminar de una geopolítica de Chile” (1965); “Geografía militar: interpretación militar de los factores geográficos” (1967); e “Geopolítica – diferentes etapas para el estudio geopolítico de los Estados” (1968).

4 Um relato completo desses eventos pode ser encontrado no texto de Vicente Navarro (1974) *What Does Chile Mean: An Analysis of Events in the Health Sector before, during, and after Allende's Administration*, The Milbank Memorial Fund Quarterly. Health and Society, v. 52, n. 2 (Spring, 1974), pp. 93-130, disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3349542>>.

necessidades das classes mais baixas e dos pobres. Essa transformação não ocorreu sem resistência — os prestadores de medicina hospitalar organizaram greves para preservar a antiga geografia social da atenção à saúde contra o surgimento da nova. Mas durante os anos de Allende, os centros de saúde comunitários cresceram e floresceram. Além disso, o controle comunitário através da criação de Conselhos Comunitários de Saúde teve um profundo impacto político e muitos aspectos da vida começaram a ser organizados em torno dos centros de saúde comunitários. A ênfase também mudou da medicina curativa (com todo o seu glamour e sua cara parafernália) para a medicina preventiva, que procurou tratar os cuidados médicos como algo integral em uma ampla gama de questões ambientais (abastecimento de água, despejo de esgoto e afins). A geografia humana do contato social, do poder político e da distribuição mudou como nunca antes, à medida que as classes mais baixas e os pobres começaram a perceber o potencial para controlar as condições sociais de sua própria existência.

Mas o poder militar e o general Pinochet mudaram tudo isso. Os Conselhos Comunitários de Saúde foram dissolvidos e muitos dos que deles participaram foram presos ou executados. Os centros de saúde da comunidade foram severamente restringidos em sua operação. A administração do sistema de saúde foi devolvida aos provedores privados; e o sistema está revertendo para um sistema centralizado, hospitalar, atendendo às classes alta e média. A medicina curativa é mais uma vez a ordem do dia e a cirurgia cardíaca para poucos substitui o saneamento para muitos como o objetivo principal dos cuidados médicos. A antiga geografia foi reafirmada e a nova tem sido efetivamente desmontada. Assim, a intervenção do geógrafo, general Pinochet torna-se uma força determinante na geografia humana do sistema de saúde do Chile.

O Chile pode parecer muito distante da Grã-Bretanha. Meu propósito ao citar este exemplo não é, no entanto, buscar paralelos com a Grã-Bretanha, embora seja desconcertante notar que o governo de um país que resistiu tão ativamente ao avanço do fascismo de 1939 a 1945 estendeu tão apressadamente a mão de amizade ao general Pinochet, e que a reorganização do Serviço Nacional de Saúde britânico no verão de 1973 eliminou todos traços de controle comunitários e colocou a prestação de cuidados de saúde com firmeza nas mãos dos provedores que favorecem uma abordagem centralizada e hospitalar no sistema de saúde. Estou preocupado, em vez disso, em usar este exemplo da injeção bem-sucedida de geografia em política pública para colocar duas perguntas muito básicas que devem ser feitas antes de qualquer tipo de compromisso de geografia para política pública: “Que tipo de geografia?” e “em que tipo de política pública?”.

Essas são questões profundamente difíceis de responder. Talvez seja útil, para começar, perguntar por que podemos sentir o desejo de colocar qualquer tipo de geografia em qualquer tipo de política pública, em primeiro lugar. Se refletirmos por um momento sobre nossas motivações, parece que este desejo surge de uma mistura estranha de ambição pessoal, imperialismo disciplinar, necessidade social e obrigação moral. Alguns de nós podem ser governados (ou pensar que somos governados) mais por um fator do que por outro, mas nenhum de nós, certamente, pode reivindicar total imunidade a qualquer uma dessas motivações.

A **ambição pessoal** é muito significativa para todos nós, pois somos criados em um sistema econômico e social que é inerentemente tanto individualista quanto competitivo. Já que grande parte do poder na sociedade (tanto econômico quanto político) reside no domínio público, é natural que os acadêmicos sejam atraídos para o lócus desse poder. A ambição pessoal vaidosa é provavelmente o mais significativo de todos os fatores motivadores que explicam o comportamento individual. Mas isso não explica muito bem o comportamento do geógrafo como distinto de qualquer outro acadêmico. E é duvidoso que um acadêmico que possui enorme ambição pessoal escolheria começar do que, pelo menos na Grã-Bretanha, deve certamente ser uma base desvantajosa na hierarquia de disciplinas acadêmicas.

A **reputação e o status da disciplina** são, de certa forma, ambição pessoal mediada pela consciência coletiva. Disciplinas inevitavelmente servem para socializar indivíduos ao ponto onde eles vêm para localizar sua identidade em termos de “geografia”, “economia”, “biologia” etc. Em resposta à pergunta “Quem é você?”, frequentemente respondemos: “Sou geógrafo (economista, biólogo etc)”. Disciplinas são importantes porque nos ajudam a entender nosso papel e a nos sentir seguros. Mas a geografia é uma entre muitas disciplinas que competem por status e prestígio aos olhos do público. Disciplinas também competem por financiamento público. A segurança desses que se identificam como “geógrafos” é, como consequência, relacionada à posição da geografia com respeito a outras disciplinas. E então chegamos a pensar: “o que é bom para a geografia é bom para mim”, e a reconhecer que “uma ameaça a geografia é uma ameaça a mim”. Promovendo a geografia, promovemos nós mesmos, e defendemos nós mesmos defendendo a geografia.

Ambição pessoal e imperialismo disciplinar explicam muito quando se trata de compreender comportamentos individuais e profissionais. Mas, como explicações, são, creio eu, demasiado simplistas. No que segue, portanto, ignorarei em grande parte a questão da ambição pessoal e me concentrarei nos problemas

mais profundos da necessidade social (mediados pelo imperialismo disciplinar) e da obrigação moral.

Geografia e necessidade social

A evolução da geografia como disciplina deve ser entendida em um contexto de mudança das necessidades sociais. Como essas necessidades variam de sociedade para sociedade, vou limitar a atenção, na maior parte, à história recente da geografia na Grã-Bretanha.

Na Grã-Bretanha, uma “ruptura epistemológica” ocorreu no pensamento e no fazer geográfico em algum lugar por volta de 1945. Essa ruptura foi talvez melhor simbolizada, primeiro pela invocação influente da frase “os olhos do tolo estão nas extremidades da Terra”⁵ feita pelo professor [Sidney William] Wooldridge [(1900-1963)], e, segundo, pela fundação do Instituto dos Geógrafos Britânicos como uma organização desmembrada da Real Sociedade Geográfica. Antes da Segunda Guerra Mundial, a Geografia tinha sido mais uma atividade prática não-acadêmica do que uma forte disciplina acadêmica. Foi orientada, principalmente através das atividades da Royal Geographical Society, para o que melhor pode ser chamado de “as técnicas e os mecanismos da gestão do Império”. A componente universitária da geografia era relativamente fraca, enquanto muito do que havia (o vínculo ao Colonial Survey sendo um bom exemplo) relacionado para a preocupação com o Império. Esta situação mudou agora de forma notável. A Geografia profissional universitária, aspirando fortemente ao status de uma disciplina intelectual distintiva, está agora em ascensão. Os geógrafos agora procuram, em geral, contribuir para o que pode ser melhor chamado de “as técnicas e os mecanismos da gestão urbana, regional e ambiental”. Como todas essas mudanças epistemológicas, os elementos do novo podem ser discernidos no antigo (o mapeamento do uso da terra de [Laurence] Dudley Stamp [(1898-1966)], da década de 1930, sendo certamente o exemplo mais notável) e os resíduos do velho ainda estão conosco hoje. Mas não há dúvida de que ocorreu uma grande mudança no estilo e no foco.

Como e por quê essa mudança ocorreu? Nós certamente não podemos atribuí-la a uma luta interior dentro da tradição intelectual da própria geografia (do mesmo modo que, digamos, de certas mudanças nos paradigmas da matemática). Isto tem que ser visto, antes, como uma adaptação dentro da geografia a condições externas. O fim do Império é em si suficiente para explicar o fim da antiga geografia ao estilo da Real Sociedade Geográfica (e foi o fim desta era que Wooldridge estava anunciando). Mas como vamos explicar a transformação para o

5 Trata-se de uma passagem bíblica – Provérbios 17:24: “O alvo do inteligente é a sabedoria; mas os olhos do insensato estão nas extremidades da Terra”, na tradução de João Ferreira de Almeida.

novo estilo de geografia? Quais foram as necessidades sociais que nos empurraram para a preocupação com as técnicas e os mecanismos da gestão urbana, regional e ambiental? E por que nós mudamos para uma postura profissional de base universitária? Para responder a estas questões, precisamos dizer alguma coisa sobre nossa própria história contemporânea.

Se pudéssemos voltar à Terra em algum século futuro e se os habitantes naquele tempo ainda se importassem (ou fossem capazes) de escrever a história, então o que os livros didáticos diriam do período 1930 a 1970? Eu suspeito que o capítulo relevante seria intitulado: “As dores do parto do estado corporativo”. O protótipo para o estado corporativo começou a ser projetado por [Otto von] Bismarck. A Itália de Mussolini (particularmente nos primeiros anos) desenvolveu o modelo enquanto os excessos da Alemanha de Hitler tendem a esconder de nós o verdadeiro significado da forma fascista. Hoje nos sentamos em silêncio e observamos a Espanha, o Uruguai, Grécia, Brasil, Guatemala, Chile... E em casa [isto é, no Reino Unido] nós aceitamos um crescente intervencionismo estatal em nome da estabilidade econômica (Lorde Keynes) e da justiça distributiva (Lorde Beveridge⁶). Deve ficar claro para nós que o capitalismo ocidental está passando por algum tipo de transformação radical. Cada uma das nações capitalistas avançadas tem tateado um caminho para alguma versão do estado corporativo⁷. Exatamente como isso se manifesta em cada nação em particular depende do quadro institucional existente, das tradições políticas, da ideologia dominante e das oportunidades de crescimento econômico e desenvolvimento.

Como podemos caracterizar a forma geral do estado corporativo como um modo de organização sociopolítica? Parece uma estrutura hierarquicamente ordenada de instituições fortemente interligadas — políticas, administrativas, legais, financeiras, militares e afins — que transmite informação para baixo e “instrui” indivíduos e grupos abaixo na hierarquia sobre quais comportamentos são apropriados para a sobrevivência da sociedade como um todo. O lema para tal operação é “o interesse nacional”. O Estado corporativo é dominado pela ética da “racionalidade” e da “eficiência” (os dois conceitos sendo considerados intercambiáveis). Já que nem eficiência nem racionalidade podem ser definidas sem um objetivo, o interesse nacional — a sobrevivência do estado corporativo — torna-se o “propósito” *de facto*. Dentro do estado corporativo, emerge uma classe dominante que, nas nações capitalistas avançadas, é quase exclusivamente advinda

6 N. do T.: John Maynard Keynes (1883–1946) e William Henry Beveridge (1879–1963), economistas britânicos.

7 Ver Ralph Miliband, *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. Edição original: *The state in capitalist society*, de 1969.

dos interesses industriais e financeiros. Nas nações comunistas, muitos das quais assumiram a forma de estado corporativo, a elite dominante advém do partido.

Na Grã-Bretanha, grande parte da infraestrutura para o estado corporativo foi colocada pelo Partido Trabalhista em nome da justiça distributiva. Mas logo se tornou aparente que o “bem social” não poderia ser alcançado sem subsumir sob o “interesse nacional”. Tomou-se o conservadorismo burocrático e tecnocrático de Edward Heath⁸ para demonstrar o quão longe nós chegamos desde 1945 e quão facilmente uma infraestrutura criada em nome da justiça distributiva pode ser convertida em um instrumento para a guerra de classes. Há, claro, resistência. O capitalismo de livre mercado promovido por Enoch Powell⁹ coincide com profundas dúvidas tanto na esquerda quanto na direita sobre como a lei, a educação, a pesquisa, os serviços sociais, tudo se tornou subserviente às necessidades do estado corporativo. Até mesmo o *Financial Times* (edição de 14 de janeiro de 1974) argumenta que:

Estamos agora a apenas uma década de distância do tipo de Estado moderno, com suas capacidades tecnológicas e burocráticas, que pode criar e sustentar um controle orwelliano da vida do cidadão. Se quisermos evitar os sistemas totalitários, tão assustadoramente retratados em “Admirável Mundo Novo” de Huxley e “1984” de Orwell, a lei dos tribunais precisará ser implantada cada vez mais para proteger os direitos do indivíduo.

As decisões legais, que eram o foco da preocupação do *Financial Times*, foram a favor do governo e contra os direitos do indivíduo.

Consistente com essa tendência em direção a uma forma estatal-corporativa de organização política, a educação é cada vez mais considerada puramente como investimento em mão de obra. A preocupação com a saúde individual, o bem-estar e a sanidade tem notavelmente faltado em nossos cálculos. Nós fomos forçados, como consequência, a comercializar o graduado em geografia como uma mercadoria. O estado corporativo requer uma burocracia tecnicamente proficiente para funcionar. A commodity que produzimos agora é em parte adaptada para atender às necessidades deste mercado, além do mercado de professores. Nós também tivemos que garantir mecanismos apropriados para o controle de qualidade na produção desta mercadoria – daí o crescimento de padrões profissionais dentro da disciplina. A pesquisa também se tornou uma mercadoria.

8 N. do T.: Edward Heath (1916-2005) era, então, líder do Partido Conservador britânico e primeiro-ministro do Reino Unido, cargos que ocupou, respectivamente, entre 1965 e 1975 e entre 1970 e 1974.

9 N. do T.: Enoch Powell (1912-1998) foi deputado do Partido Conservador britânico entre 1950 e 1974, bem como ministro da saúde entre 1960 e 1963.

Prioridades e necessidades nacionais (o interesse nacional pervasivo mais uma vez) condiciona o mercado, e somos progressivamente pressionados a vender pesquisa para um cliente que tem uma necessidade específica — e o cliente é, cada vez mais, o próprio governo.

E quais são essas “necessidades e prioridades nacionais”? Dentro da abrangente preocupação com a sobrevivência do próprio Estado corporativo, podemos distinguir a necessidade de projetar e implementar uma variedade de técnicas de manipulação, controle e cooptação, tais como: (1) o crescimento econômico, a taxa de acumulação de capital e a posição competitiva do Estado nos mercados mundiais são preservados e melhorados; (2) as crises cíclicas na economia podem ser gerenciadas; e (3) o descontentamento pode ser contido e desarmado. Os geógrafos procuraram responder a essas necessidades contribuindo, tanto na pesquisa como na educação, para a descoberta e a difusão dessas técnicas na esfera da gestão urbana, regional e ambiental. A estrutura restritiva do estado corporativo durante a década de 1960 colocou mais e mais pressão sobre nós para nos movermos nessas direções. Nós somos, agora, mais subservientes ao estado no Reino Unido do que nunca. Em suma, fomos cooptados. No entanto, praticamente não houve sinais de qualquer resistência de nossa parte. De fato, parece que estamos ansiosos para participar de tal processo. Nós certamente gastamos pouco tempo nos preocupando com suas possíveis consequências.

As razões pelas quais não nos preocupamos são complexas. Em primeiro lugar, a cooptação do acadêmico na estrutura estatal-corporativa forneceu certos canais por meio dos quais o acadêmico poderia se aproximar do *locus* de poder na sociedade. Se o geógrafo, *qua* acadêmico, pode ou não exercer poder real, está fora de questão — a ilusão foi suficiente para obter a aquiescência daquela parte de nós que responde a ambição pessoal vaidosa. Mais crucial, no entanto, é o poder mediador do imperialismo disciplinar. Os geógrafos tiveram que demonstrar que a geografia realmente tem algo a contribuir para o cumprimento das necessidades e prioridades nacionais. Grande parte do debate sobre a natureza da geografia na década de 1960 foi, de fato, um debate sobre a melhor forma de cumprir esse compromisso tácito. Esta era uma questão de sobrevivência, pois as universidades não eram persuadidas pela necessidade de investir em geografia. Nós tivemos que competir com outras disciplinas e no processo fomos forçados, para sobreviver como uma coletividade, para conquistar seu nicho, para estabelecer um território que fosse distintamente nosso para comandar.

E foi, naturalmente, o trabalho da profissão (e do Instituto de Geógrafos Britânicos, em particular) que estabeleceu tal nicho. Havia muitas lutas e algumas

discussões intermináveis sobre onde esse nicho deveria estar. Para demonstrar que a geografia era uma disciplina acadêmica ocupando um certo território de conhecimento acadêmico, nós tivemos que demonstrar saber o que era a geografia e apresentar uma frente unida no assunto. As consequências disso foram muitas. Fortes restrições tiveram que ser colocadas no que poderia ou não ser feito dentro da disciplina. A concepção kantiana de “síntese no espaço” era muito ampla e pouco específica, e assim foi iniciada a busca tortuosa por uma metodologia analítica que nós chamaríamos de nossa. A tendência dos geógrafos a se desdobrarem em todas as direções tinha que ser controlada e a profissão procurada significava suprimir seus próprios dissidentes. Uma estrutura corporativa surgiu dentro da disciplina — um mini-Estado corporativo dentro da geografia, que replicou fielmente a estrutura corporativa do Estado. Nós nos equipamos com lobistas dentro da disciplina, árbitros automeados de bom gosto e, em última análise, com o poder frouxamente hegemônico do próprio Instituto.

Por tais adaptações, chegamos a definir um nicho para nós mesmos para facilitar nossa própria sobrevivência em um mundo de necessidades sociais em mudança. No processo, aprendemos a ser bons cidadãos, a nos prostrar e a prostituir nossa disciplina diante de “prioridades nacionais” e do “interesse social”. Sobrevivemos, em suma, adotando uma mentalidade de Eichmann. O único consolo a ser ganho, além de nossa sobrevivência, é que essa mentalidade está em clara rota de colisão com nosso senso de obrigação moral.

Geografia e obrigação moral

A maioria dos geógrafos parece trabalhar com a consciência tranquila. A auto-imagem do geógrafo no trabalho parece ser a de alguém fazendo o bem. Ouça qualquer discussão entre geógrafos e é provável que a discussão se desenrole do ponto de vista do benevolente burocrata, uma pessoa que conhece melhor do que outras pessoas e que, portanto, fará melhores decisões para os outros do que eles poderão fazer por si mesmos. A auto-imagem da benevolência parece contradizer o comportamento real do geógrafo lutando contra as necessidades sociais estabelecidas na seção anterior. Como podemos interpretar essa auto-imagem?

Até certo ponto, ela tem sua origem na ampla tradição do conhecimento humanista criativo que permeou o pensamento ocidental desde o Renascimento. O dinamismo da ordem econômica capitalista exigia inovação tecnológica e social para sustentá-lo. A tradição do individualismo criativo que cresceu com a evolução do capitalismo (dificultado aqui e artificialmente promovido lá) foi funcional para o sustento do fim capitalista e aplicou-se tanto à erudição como à invenção prática. E essa tradição foi considerada como um ingrediente essencial para o progresso da

humanidade (que às vezes é considerado um eufemismo para a acumulação de capital). Nós fomos indubitavelmente afetados por essa tradição; tanto mais que criamos uma base dentro das universidades. O humanismo ocidental como tradição intelectual ainda é bastante forte. Tem suas características negativas, é claro; é fortemente elitista e, portanto, paternalista. Mas é nessa tradição que muita coisa não alienada e verdadeiramente criativa repousa.

A fonte do humanismo dentro da tradição geográfica é mais problemática. Embora seja possível apontar alguns escritos na veia humanista, a literatura geográfica mais tradicional é dominada por racismo, etnocentrismo e, na melhor das hipóteses, um forte paternalismo. Até alguém tão louvado como Humboldt tinha uma perspectiva bastante chocante sobre “os nativos” que Malthus alegremente citou em edições posteriores do seu célebre *Ensaio sobre a população*. Os manuais de geografia de hoje continuam nesse sentido e são algo de que não podemos nos orgulhar. Atitudes colhidas de muitos anos dedicados às técnicas e aos mecanismos da gestão de Império ainda têm que ser expurgadas de nossos textos escolares. Embora haja mais do que se envergonhar do que de se orgulhar na tradição geográfica, há uma linha para o pensamento geográfico que, na melhor das hipóteses, produz uma sensibilidade aguda ao lugar e à comunidade, às relações simbióticas entre indivíduos, comunidades e ambientes. Esta sensibilidade para a localidade e para a interação produz uma espécie de humanismo paroquial — um humanismo que é, em certos sentidos, profundo e penetrante, mas que está trancado nos espaços absolutos gerados pelo conceito regional.

Mas nosso afastamento da preocupação pelo Império e a aproximação das técnicas e dos mecanismos de gestão urbana, regional e ambiental nos colocou em contato com outra tradição que tem fortes raízes humanistas. A tradição de Edwin Chadwick e Ebenezer Howard¹⁰ é forte na Grã-Bretanha. É permeada pela benevolência e pelo reformismo. O contato com esta literatura teve o seu efeito para que haja uma tradição reformista emergente dentro da própria geografia que carrega o padrão de Chadwick e Howard na arena contemporânea. Pelo contrário, o humanismo e seu senso associado de obrigação moral cresceram no pensar e no fazer geográfico desde 1945. Isso parece contraditório ao crescente poder e influência do Estado corporativo. Já que o pensamento (do tipo ocidental) abomina uma contradição tanto quanto a natureza abomina o vácuo, eu me esforçarei para resolvê-lo. O humanismo da geografia contemporânea é paroquial e elitista (em geral) e desta forma representa menos uma ameaça para as operações do Estado corporativo. De fato, pode-se argumentar que tal forma de humanismo é uma

10 Edwin Chadwick (1800–1890) é conhecido por seu trabalho em reformas sanitárias e na saúde pública. Ebenezer Howard (1850–1928) é o precursor das cidades-jardins.

vantagem positiva, pois é funcional ter aqueles que trabalham para conceber e implementar técnicas de manipulação, controle e cooptação para realizar sua tarefa na auto-imagem da benevolência. Quando é importante cooptar e desarmar o descontentamento em uma comunidade, por exemplo, é útil ter pessoas que façam isso com um sorriso.

Mas seria injusto com os pontos fortes da tradição humanista e para o potencial de estudos individualistas, mas criativos, desconsiderá-los como facilmente cooptados e tornados subservientes às necessidades do Estado corporativo. Não há dúvida de que a tradição do humanismo intelectual criativo, ativo, é de um modo muito fundamental alheio ao funcionamento do Estado corporativo. Esta tradição intelectual trabalha sob certas desvantagens, é claro. A profissionalização da geografia e da capacidade da profissão de reprimir seus próprios dissidentes é uma barreira a ser superada, mas essa barreira não é intransponível e, de fato, na verdade, há um elogio peculiar relacionado a isso. E o Estado corporativo não pode dar-se o luxo de selar todas essas barreiras, pois ele mesmo é pego em uma posição contraditória: por um lado, precisa de um sistema educacional flexível e de mão de obra adaptável para satisfazer as necessidades sociais em mudança, e, de outro, não pode suportar o individualismo criativo livre¹¹.

Essas tensões foram, em parte, resolvidas por um simples estratagema. E se podemos aceitar que “fatos” e “valores” são separados e distintos um do outro, e que os primeiros são objeto de investigação científica, enquanto estes últimos são mera opinião pessoal (subjéctiva), então nós podemos eliminar a tensão por um dispositivo metodológico elegante. Se a geografia é uma “ciência” e, portanto, está preocupada com fatos e modelos e teorias abstratas, nós podemos então relegar nosso humanismo à opinião pessoal para ser expressa fora da Geografia, e não dentro dela. O movimento em direção a uma geografia mais “científica” na década de 1960 era consistente com a profissionalização e a necessidade de produzir recursos humanos com habilidades específicas. Mas também teve o efeito mais profundo de resolver a tensão crescente entre a mentalidade de Eichmann, necessária para a nossa bem-sucedida adaptação social, e o humanismo ao qual nos tornamos cada vez mais propensos. Tal solução pareceu estável na década de 1960, mas o parece menos hoje. Para o conhecimento crítico, expõe a artificialidade da separação entre fato e valor e mostra que a reivindicação da ciência de ser livre de ideologia é em si uma reivindicação ideológica. O debate sobre a relevância na geografia não foi realmente sobre a relevância (quem ouviu falar de atividade

11 Ver André Gorz, *Socialism and revolution* (Anchor Press/Doubleday, 1973). Edição original: *Socialisme et Révolution* (Seuil, 1969), não traduzido para o português.

humana irrelevante?), mas sobre para quem nossa pesquisa foi relevante e como foi essa pesquisa feita em nome da ciência (que deveria ser livre de ideologia), que estava tendo efeitos que pareciam um pouco tendenciosos em favor do status quo e em favor da classe dominante do Estado corporativo. Em outras palavras, a reflexão sobre nossa prática tem nos levado às questões que postulei no início: “Que tipo de geografia?”, “Em que tipo de política pública?”.

A obrigação moral dos geógrafos

Para mudar o mundo, primeiro precisamos entendê-lo. A fim de mudar o mundo, temos que criar novas práticas humanas em relação às realidades ao nosso redor. Então, para onde vamos daqui? Nós vivemos em um Estado corporativo que está aumentando sua organização e que opera em nome do interesse nacional. Mas se aceitarmos que o único significado a ser vinculado à vida e à existência de um indivíduo é aquele que deriva desse interesse nacional, então estamos perto de abraçar a ideologia do fascismo. O Estado corporativo é proto-fascista. Talvez isso explique por que governos “democráticos” são tão amigáveis com regimes que são abertamente repressivos e autoritários e por que o general Pinochet foi considerado tão bem-vindo.

Marx considerou que havia dois possíveis estados futuros para a humanidade: comunismo ou barbárie. Precisamos urgentemente esclarecer o que nós entendemos por esses termos. Pelo primeiro, certamente não queremos dizer o que está acontecendo na Rússia, na Polônia ou mesmo em Cuba e na China. Por este último, não queremos dizer um retorno ao período neolítico. Eu acredito que a escolha que está a caminho (e talvez não tão longe também) está entre um “Estado incorporado” que reflete as necessidades criativas de pessoas que lutam para controlar as condições sociais de sua própria existência de modo essencialmente humano (que é o que Marx quis dizer com a expressão “ditadura do proletariado”), e um Estado corporativo que reproduz o interesse do capitalismo financeiro (as nações capitalistas avançadas) ou a burocracia do partido (Rússia e Europa Oriental). O Estado corporativo parece ser a forma transitória para a barbárie de “1984” de Orwell, e o Estado incorporado, uma forma de transição para o comunismo. O Estado corporativo está ascendendo e sua superação pelo Estado incorporado requer bastante organização maciça com controle de trabalhadores e controle comunitário, dois pequenos passos em um caminho longo e tortuoso.

É, naturalmente, a tarefa do pensamento crítico e reflexivo entender nossa condição e revelar a potencialidade para o futuro iminente no presente. Como geógrafos, temos certas contribuições limitadas para fazer, e como acadêmicos e intelectuais variando sinteticamente em uma ampla gama de questões, temos muito

mais a contribuir. Nós vivemos em um Estado corporativo, nós precisamos de empregos e temos que nos conformar até certo ponto apenas para sobreviver. Mas somos inteligentes e podemos viver de acordo com nossa inteligência; podemos tentar subverter o *ethos* do Estado corporativo a partir dele mesmo. De fato, as universidades fornecem bases bastante fortes para a resistência — a tradição essencialmente retrospectiva do livre conhecimento criativo coloca o acadêmico contra o Estado corporativo, como faz a tradição voltada para o futuro, que procura meios para transcender seu poder. E dentro da geografia existem algumas tarefas pequenas, mas bastante significativas. Para começar, há essa tradição de racismo, etnocentrismo e paternalismo condescendente — um resíduo da era imperial — que tem que ser expurgada de nossos livros didáticos. Existe a tarefa de construir uma literatura genuinamente humanista que colapse os dualismos artificiais (quase esquizofrênicos) entre fato e valor, sujeito e objeto, homem e natureza, ciência e interesses humanos. A obrigação moral do geógrafo, *qua* geógrafo, é confrontar diretamente a tensão entre a tradição humanista e as necessidades do Estado corporativo, para elevar nossa consciência da contradição e, desse modo, aprender como explorar a contradição dentro da própria estrutura do Estado corporativo.

A obrigação moral do geógrafo torna-se uma necessidade social quando se depara um contexto mais amplo. Nenhum de nós, afinal, pode pensar em nós mesmos apenas como geógrafos, acadêmicos ou mesmo como britânicos. Nós somos seres humanos lutando, como todos os outros seres humanos, para controlar e melhorar as condições sociais da nossa própria existência. As lutas conduzidas a partir de uma perspectiva paroquial — não importa se o paroquialismo emana do território (a comunidade, a nação) ou da divisão para-técnica do trabalho na sociedade — são autodestrutivas e condenadas desde o início. Apenas lutas que superam os paroquialismos inerentes à geografia possuem alguma perspectiva de sucesso.

Sobre o autor

David Harvey (1935-), geógrafo britânico, é um dos intelectuais marxistas mais influentes da atualidade. É professor de antropologia na The City University of New York, nos Estados Unidos, desde 2001. Foi professor de geografia nas universidades Johns Hopkins e Oxford, na Inglaterra, e recebeu o prêmio Vautrin Lud em 1995. Publicou diversos livros, entre os quais, em português, *17 Contradições e o Fim do Capitalismo* (Boitempo, 2016), *Paris, capital da modernidade* (Boitempo, 2015), *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana* (Martins Fontes, 2014), *Para entender O Capital, Livro I e Livros II e III* (Boitempo, 2013 e 2014), *Os limites do capital* (Boitempo, 2013), *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo* (Boitempo, 2011), *A produção capitalista do espaço* (Annablume, 2005), *O Neoliberalismo: história e implicações* (Loyola, 2005), *Espaços de Esperança* (Loyola, 2004), *O Novo Imperialismo* (Loyola, 2004), *Condição Pós-Moderna* (Loyola, 1993) e *A Justiça Social e a Cidade* (Hucitec, 1980). Sua obra mais recente é *Marx, Capital and the Madness of Economic Reason* (Oxford University Press e Profile Books, 2017).

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>

Copyright© The Royal Geographical Society / Institute of British Geographers. Tradução publicada com autorização expressa por escrito pelo autor e pelos editores.

Tradução: Gustavo Teramatsu. Revisão: Melissa Steda.